podemos SENADO

INFORMATIVO
MARÇO | 2025

PÁG. 5

MAIS PROTEÇÃO PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

PÁG. 10

Senado Federal aprova Lei da Reciprocidade

podemos
MUDAR O BRASIL

EXPEDIENTE

LIDERANÇA DO PODEMOS NO SENADO FEDERAL

Líder do Podemos no Senado:
Senador Carlos Viana (MG)

Presidente Nacional do Podemos:
Deputada Federal Renata Abreu (SP)

Chefe de Gabinete:
Ismael Almeida

Coordenador de Comunicação:
Alisson Esteves

Jornalista Responsável:
Fred Raposo

Diagramação e Arte:
Rafael Otero

Colaboradores:
Cássia Cassânego, Daniel Mendes, Danilo Rurik, Déborah Queiroz, Fernando Meira Dias, Flávio Miranda, Genilda Sousa, Guilherme Knevitz, Rafaela Mendes, Regis Godoi, Rejiane Lacerda, Rita Maria, Maria de Jesus, Vanessa Flores, Yuri Age.

SUMÁRIO

5 Senado aprova projeto de Soraya Thronicke para reforçar proteção de mulheres vítimas de violência doméstica

6 Aprovada proposta de Carlos Viana que confisca bens de estupradores e agressores para benefício das vítimas

9 Projeto de Marcos do Val visa coibir a disseminação de pornografia infantil na internet

10 Senado Federal aprova Lei da Reciprocidade de Zequinha Marinho

“Precisamos garantir que mulheres como Bárbara Penna tenham o direito básico de viver sem medo”

SENADO APROVA PROJETO DE SORAYA THRONICKE PARA REFORÇAR PROTEÇÃO DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou o Projeto de Lei nº 2083/2022, de autoria da senadora Soraya Thronicke (MS), que amplia a proteção às mulheres vítimas de violência doméstica. O foco da proposta é impedir que agressores condenados ou presos provisoriamente continuem a ameaçar ou violentar suas vítimas. Agora, a proposta segue para a análise da Câmara dos Deputados e, se aprovada, se tornará lei.

A iniciativa foi inspirada na história de Bárbara Penna, vítima de uma tentativa brutal de feminicídio que chocou o Brasil em 2013. Bárbara teve o corpo incendiado, foi arremessada do terceiro andar do prédio onde morava e perdeu seus dois filhos, assassinados pelo ex-companheiro, condenado a 28 anos de prisão. Mesmo após a condenação, ela continuou a receber ameaças dele de dentro do presídio.

"Esse não é um assunto só de mulheres, é uma questão de direitos humanos. A participação masculina nesse debate é fundamental. Por isso, faço questão de elogiar a escolha de um homem como relator, o senador Eduardo Braga, e o senador Sergio Moro, que colaborou na construção do projeto, junto com sua esposa, a deputada Rosângela Moro", destacou Soraya.

A senadora também fez um alerta sobre a urgência da medida. "O agressor de Bárbara já está progredindo de regime. Isso é uma tortura diária para ela. Dias atrás, me pediu ajuda para conseguir um emprego fora do Rio Grande do Sul, porque não tem paz com seu algoz solto. Precisamos garantir que mulheres como Bárbara tenham o direito básico de viver sem medo", reforçou.

Soraya também apresentou um projeto de resolução do Senado para dar prioridade à tramitação de propostas que tratam da violência contra a mulher. "Esses projetos não podem esperar. Cada dia de atraso pode custar vidas", concluiu.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DA SENADORA
Soraya Thronicke defende ações para a igualdade de gênero na política e na sociedade.

APROVADO PROJETO DE CARLOS VIANA QUE CONFISCA BENS DE ESTUPRADORES E AGRESSORES PARA BENEFÍCIO DAS VÍTIMAS

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou o PL 4781/2023 do senador Carlos Viana (MG) que prevê a perda de bens e valores de autores de crimes de estupro, além daqueles praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher.

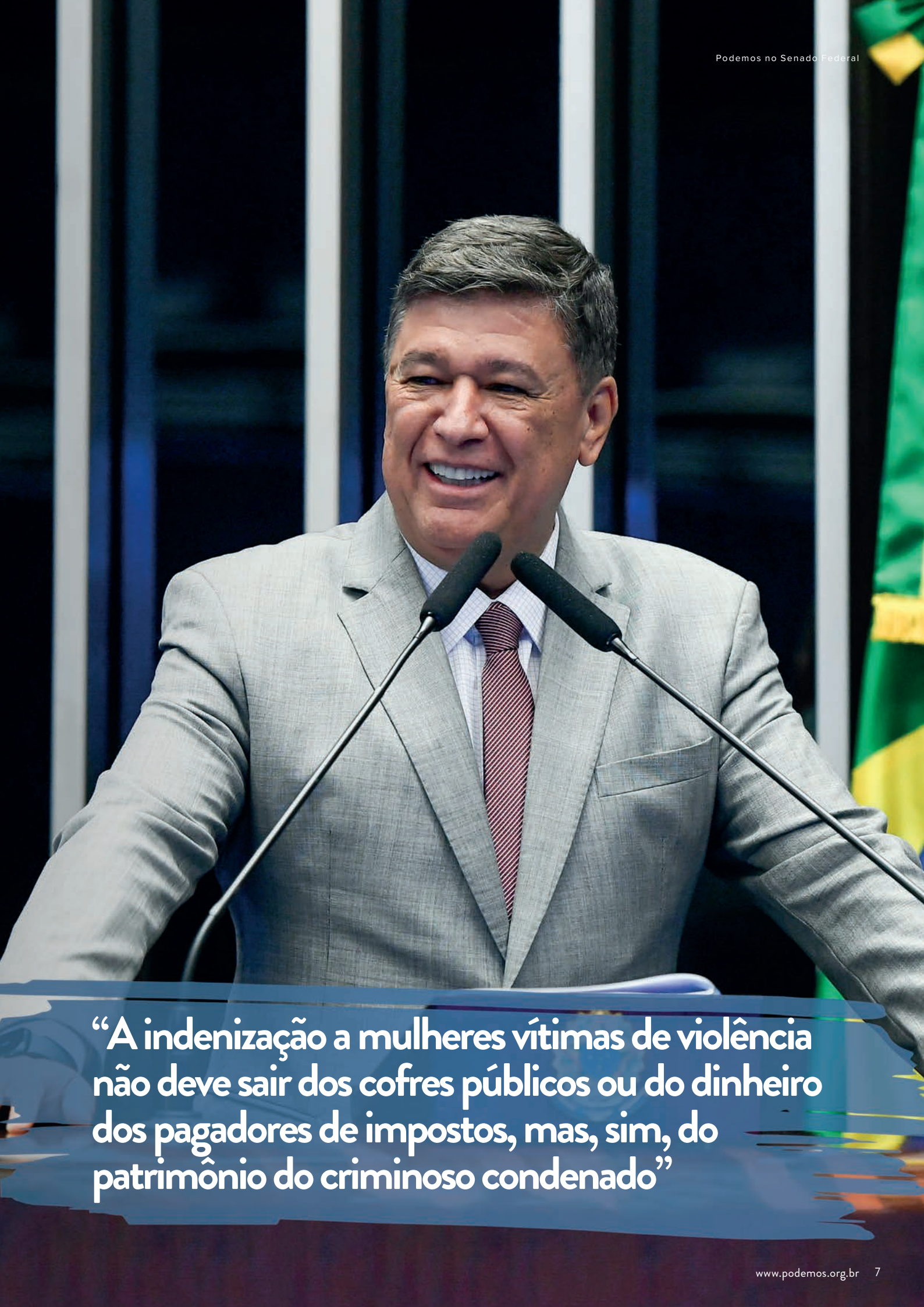
O texto aprovado estabelece que a perda de bens e valores de propriedade será equivalente a, no mínimo, R$500,00 e até, no máximo, R$100 mil. O dinheiro será revertido em benefício das vítimas ou, na ausência delas, para entidades que atuam na proteção da mulher.

Atualmente, o Código Penal já prevê o confisco de bens como medida alternativa à prisão para infratores condenados a mais de seis anos de reclusão. No entanto, Carlos Viana argumenta a necessidade de um dispositivo adicional para garantir que as indenizações em casos de estupro sejam arcadas pelos agressores. "A indenização não deve sair dos cofres públicos ou do dinheiro dos pagadores de impostos; ela deve vir do patrimônio do criminoso condenado", disse.

O senador acredita que essa medida pode contribuir para a redução da incidência de estupros no Brasil, um problema alarmante que afeta diretamente as liberdades e a defesa das mulheres. O projeto será analisado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO SENADOR
Líder Carlos Viana propõe prazo de 18 meses para adoção.



“A indenização a mulheres vítimas de violência não deve sair dos cofres públicos ou do dinheiro dos pagadores de impostos, mas, sim, do patrimônio do criminoso condenado”

“É importante implementar mecanismos que detectem e tornem indisponíveis a divulgação de conteúdo eletrônico de cunho sexual envolvendo menores”

PROJETO DE MARCOS DO VAL VISA COIBIR A DISSEMINAÇÃO DE PORNOGRAFIA INFANTIL NA INTERNET

O senador Marcos Do Val (ES) apresentou um projeto de lei que altera o Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014), visando aprimorar os mecanismos para coibir a divulgação de conteúdo pornográfico que envolva crianças ou adolescentes na rede mundial de computadores.

O PL 880/2025 determina que os provedores de aplicações de internet implementem mecanismos que detectem e tornem indisponíveis a divulgação de quaisquer formas de conteúdo eletrônico de cunho sexual envolvendo menores de idade, ainda que sejam representações ou simulações.

Para Marcos Do Val, que é membro titular da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal, a introdução de mecanismos ativos que contribuam para a identificação e remoção imediata de conteúdos ilícitos relacionados ao abuso sexual de crianças e jovens "busca suprir a necessidade de que provedores de aplicações de internet implementem técnicas eficazes para prevenir a disseminação desse material".

Aos usuários de internet que porventura tiverem conteúdos indisponibilizados pelos seus provedores em decorrência da aplicação da nova lei será dado o direito ao contraditório e ampla defesa, após comunicação da exclusão do material pelo provedor de internet.

Isso não impede que os provedores de internet comuniquem às autoridades policiais competentes ou ao Ministério Público a exposição ilegal de menores de idade em conteúdos impróprios de cunho sexual e pornográfico, para que sejam tomadas as medidas legais cabíveis.

O PL 880/2025 ainda será analisado pelas Comissões especializadas do Senado Federal e, se aprovado, seguirá para a Câmara dos Deputados para análise. Se for aprovado, será submetido à sanção presidencial.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO SENADOR

Avança proposta de Marcos do Val que prevê pena maior para homicídio cometido por organização criminosa.

SENADO FEDERAL APROVA LEI DA RECIPROCIDADE

Na véspera daquilo que o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, tem chamado de 'Dia da Libertação', o Senado Federal aprovou o projeto que cria a Lei da Reciprocidade. De autoria do senador Zequinha Marinho (PA), o PL 2088/2023 garante condições para que o Brasil ative um dispositivo de retaliação em caso de barreiras tarifárias.

A proposta - encaminhada agora para análise da Câmara dos Deputados - também prevê a suspensão de concessões comerciais, investimentos e direitos de propriedade intelectual de países que imponham restrições ambientais unilaterais.

O autor do projeto cita que, em 2023, quando idealizou a proposta, ele tinha por objetivo combater a "hipocrisia" de países que cobravam medidas ambientais do Brasil, mas que, segundo Zequinha, não seguiam as mesmas regras.

"O Brasil tem toda a condição de ser professor e ensinar o mundo como deve se produzir com sustentabilidade. Nenhum outro país do mundo tem uma reserva legal de 80%. Isso só se vê aqui no Brasil. Lá na França, por exemplo, quando quiseram aumentar a área de pousio de 4% para 7%, os produtores rurais fecharam as estradas e forçaram o presidente francês a suspender a ampliação da área", analisa Zequinha.

No atual cenário de medidas protecionistas, o projeto ganha nova abrangência ao prever medidas de retaliação para proteger o Brasil da atual guerra comercial. O parecer aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) cria critérios para que a Câmara de Comércio Exterior (Camex) avalie e aplique contramedidas comerciais, assim como exige que o Ministério das Relações Exteriores conduza consultas diplomáticas antes de qualquer medida ser tomada.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO SENADOR

Reforma Agrária: Zequinha Marinho defende garantir a regularização de assentamentos já existentes.

“O Brasil tem toda a condição de ser professor e ensinar ao mundo como produzir com sustentabilidade”

podemos.org.br

SEDE NACIONAL
SHIS QI, 17, conj. 3, casa 25 Lago Sul - Brasília/DF
CEP 71.645-030
Telefone (61) 3550-5619
WhatsApp (11) 91339-5577
contato@podemos.org.br @podemosnosenado

SEDE ADMINISTRATIVA
Rua Vitorino de Moraes, 156
Chácara Santo Antônio - São Paulo/SP
CEP: 04714-030
telefone: (11) 3935-6353
juntos@podemos.org.br @podemosnosenado

podemos
SENADO